



**ACÓRDÃO Nº 495/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11684/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Júlio Chagas de Pinto Mattos (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV.
- 5- **Exercício:** 2017.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2239/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Presidente do Fundo De Pensões e Aposentadoria de Envira - FAPENV, referente ao exercício de 2017.
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos** no valor de **R\$ 900,00** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV por descumprimento de improbidades apontadas nos itens **29 - 33** deste voto, na forma do inciso IV do artigo 304 da Resolução n.º 04/2002, com fulcro no inciso III do artigo 54 da Lei 2.423/96.
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos** no valor de **R\$ 15.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre



**ACÓRDÃO Nº 495/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por descumprimento de impropriedades apontado nos itens 16-18, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, por contrariar os artigos 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II da Lei 8.666/93; 19-24, com fulcro no inciso II do artigo 54 da Lei 2.423/96, por contrariar inciso II do artigo 57, da Lei 8.666/93; 34-39, nos termos do artigo 54, inc. II, da Lei nº 2423/96, e artigo 308, inc. VI, da Resolução nº 04/2002- RI TCE/AM, pelo não exercício de suas atribuições dispostas nos arts. 28 da Lei Municipal nº 240/2010 e arts. 13, I e III, §2º, e 19 da mesma Lei Municipal.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Determinar**

**10.4.1.** Ao chefe do Poder Executivo Municipal, que tome providência no sentido de constituir um quadro próprio de pessoal para o Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV.

**10.4.2.** À origem que não prescinda ao o que está expresso no artigo 3º-B, Portaria MPS nº 519/11 c/c art. 9º, II, da Lei nº 9.717/98.

**10.4.3.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, que procure de imediato, regularizar as pendências da prefeitura em relação ao FAPENV, a fim de se cumprir os critérios e exigências do art. 5º da Portaria MPS nº 204/08 e art. 28, Portaria MPS nº 402/2008.

**10.4.4.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, a cobrança imediata das contribuições previdenciárias não recolhidas das competências Janeiro a Dezembro/2017, Inclusive 13º Salário, da prefeitura de Envira, com seus valores devidamente atualizados.

**10.4.5.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, a cobrança imediata dos juros e correções das contribuições previdenciárias recolhidas em atraso das competências Janeiro a



**ACÓRDÃO Nº 495/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dezembro/2017, inclusive 13º Salário, da prefeitura de Envira.

- 10.4.6.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, a cobrança imediata dos valores atualizados das contribuições não recolhidos das competências Janeiro a Dezembro/2017, inclusive 13º Salário, da prefeitura de Envira.
- 10.4.7.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, a cobrança imediata dos juros e correções das contribuições previdenciárias recolhidas em atraso das competências Janeiro, Fevereiro, Setembro, Outubro e Novembro/2017, inclusive 13º Salário, da prefeitura de Envira.
- 10.4.8.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, o cumprimento, enquanto gestor e presidente do Conselho de Administração, do disposto no art. 28 da Lei Municipal nº 240/2010.
- 10.4.9.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, o cumprimento, enquanto gestor e presidente do Conselho de Administração, do disposto no art. 28 da Lei Municipal nº 240/2010.
- 10.4.10.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, a imediata certificação do gestor do FAPENV-ENVIRA em finanças e mercado financeiro, conforme disposto art. 2º, Portaria MPS nº 519/2011; art. 15, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 240/2010.
- 10.4.11.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, que procure realizar as pendências do FAPENV/ENVIRA a fim de enviar os Demonstrativos Previdenciários ao Ministério da Previdência Social.
- 10.4.12.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, que realize de imediato a Avaliação Atuarial do FANPEV/ENVIRA, a fim de se fazer cumprir o disposto no art. 1º, I, da Lei 9.717/98; arts. 8º e 9º, Portaria MPS nº 402/2008; art. 18 e 19, Portaria MPS nº 403/2008; e arts. 13, III, §2º, 14 e 87 da Lei Municipal nº 240/2010.
- 10.4.13.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, que se abstenha de utilizar na base de cálculo das contribuições previdenciárias dos segurados da Prefeitura de Envira os seguintes adicionais: 1/3 de férias, adicional de produtividade e adicional



**ACÓRDÃO Nº 495/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

noturno, por contrariar art. 4º, §1º, VIII, X, XI e XII, e §2º da Lei Federal nº 10.887/2004; art. 4º Portaria MPS nº 402/2008; art. 29, ON MPS nº 02/2009; arts. 17 e 20 da Lei Municipal nº 240/2010.

**10.4.14.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, que restitua ao todos os servidores da Prefeitura de Envira, os valores descontados indevidamente na base de cálculo durante o exercício 2017, a fim de se cumprir o disposto no art. 4º, §1º, VIII, X, XI e XII, e §2º da Lei Federal nº 10.887/2004; art. 4º Portaria MPS nº 402/2008; art. 29, ON MPS nº 02/2009; arts. 17 e 20 da Lei Municipal nº 240/2010.

**10.4.15.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, que se abstenha de utilizar na base de cálculo das contribuições previdenciárias dos segurados da Câmara de Envira os seguintes adicionais: 1/3 de férias, adicional de produtividade e adicional noturno, por contrariar art. 4º, §1º, VIII, X, XI e XII, e §2º da Lei Federal nº 10.887/2004; art. 4º Portaria MPS nº 402/2008; art. 29, ON MPS nº 02/2009; arts. 17 e 20 Lei Municipal nº 240/2010.

**10.4.16.** Ao responsável ou a quem lhe haja sucedido, na forma do art. 24 da Lei nº 2.423/96, que restitua ao todos os servidores segurados do FAPENV, lotados na Câmara Municipal de Envira, os valores descontados indevidamente no exercício 2017, a fim de se cumprir o disposto no art. 4º, §1º, VIII, X, XI e XII, e §2º da Lei Federal nº 10.887/2004; art. 4º Portaria MPS nº 402/2008; art. 29, ON MPS nº 02/2009; arts. 17 e 20, Lei Municipal nº 240/2010.

**10.5. Notificar o Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos**, enviando cópia deste Relatório/Voto, e deste Acórdão, para tomar conhecimento do feito e adotar as providências que considerar necessárias.

**10.6. Notificar o Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – Fapenv**, enviando cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão, para tomar conhecimento do feito e adotar as providências que considerar necessárias.

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Junho de 2019



**ACÓRDÃO Nº 495/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral